

## **NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A POSSIBILIDADE DE UMA REPARAÇÃO SOCIAL**

FORTES, Marli Teodoro, acadêmica de pedagogia, UNIR/Ariquemes  
OLIVEIRA, Jovelina Rosa de, acadêmica de Pedagogia, UNIR/Ariquemes  
VIEIRA, Andréia Schneider, acadêmica de Pedagogia, UNIR/Ariquemes  
CASA, Volmar Meia, professor, UNIR/Ariquemes  
CIOFFI, Lara Cristina, professora, UNIR/Ariquemes  
BUENO, José Lucas Pedreira, professor, UNIR/Ariquemes

Hoje o sistema escolar brasileiro atende 4.639.382 alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que se apresenta como uma possibilidade de reparar a dívida social quanto ao acesso a leitura e a escrita como bens sociais para com um público que tem sido a força de trabalho na produção de riquezas e na estruturação nacional. Ser privado deste ingresso é, de fato, a perda de um instrumento significativo para a garantia de autonomia na convivência social contemporânea. Apresenta-se aí um problema, a educação em si não garante a reparação da dívida. A EJA, modalidade de ensino que compõe o sistema nacional de educação no Brasil, surge com a intenção de atender às especificidades deste público. O presente trabalho propõe o estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos - DCNEJA para que se possa avaliar se os documentos governamentais levam em conta as necessidades sociais deste público. A DCNEJA tem a intenção de garantir uma unidade nacional para esta modalidade, para isto aborda as bases legais; o contexto atual; cursos e exames; Plano Nacional de Educação; história da EJA no Brasil; iniciativas públicas e privadas; indicadores estatísticos; formação docente; e do direito à educação. Contudo, o texto que dispõe efetivamente sobre as obrigações sociais desta modalidade é "Fundamentos e Funções da EJA" que trata das funções reparadora, equalizadora e função permanente ou qualificadora. A função reparadora prevê a entrada no circuito dos direitos civis pela reparação de um direito recusado, uma escola de qualidade. Também o reconhecimento da igualdade ontológica de todo ser humano. Torna-se assim, em função das especificidades sócio-culturais destes segmentos, uma efetiva atuação das políticas sociais. Esta função reparadora da EJA se articula com o postulado de muitos que não tiveram uma adequada correspondência idade/ano escolar em seu caminho educacional. A função equalizadora da EJA busca atender trabalhadores e outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados por meio da reentrada no sistema educacional dos que tiveram suspensão forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades. A função permanente ou qualificadora tem a tarefa de promover a atualização de conhecimento por toda a vida. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Tem como fundamento o caráter inacabado do ser humano cuja capacidade de desenvolvimento pode se dar em quadros escolares ou não escolares. É um apelo para a educação duradoura e a criação de uma sociedade educada para o

universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. Conclui-se então, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, enquanto documento que norteia esta modalidade de ensino no Brasil, buscou dar subsídio à discussão nos sistemas de ensino quanto às necessidades específicas deste público quanto às condições desiguais de oportunidades dentro da sociedade capitalista contemporânea e suas exigências educacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** DCNEJA; Funções da EJA; Garantias sociais.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, Câmara de Educação Básica. *Resolução n. 1, de 05 de julho de 2000: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, 2003;

INEP INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2009**. Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.as>. Acesso em 0o de Outubro de 2010.